



# HISTÓRIAS INDÍGENAS & ENSINO

## Fichas Temáticas

**Edilene Pereira Vale**



São Luís  
2019

## **Capa**

Trabalho de Fabio Gonçalves em imagem de pequena.revistalocal.es.

## **Diagramação**

Fabio Gonçalves

## **Texto**

Edilene Pereira Vale

## **Revisão**

Hilton Mendonça Corrêa Filho

Helidacy Maria Muniz Corrêa

Este material foi desenvolvido como produto do Mestrado Profissional em História, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helidacy Maria Muniz Corrêa.

Vale, Edilene Pereira.

História indígena e ensino: fichas temáticas. / Edilene Pereira Vale. – São Luís, 2019.

46 p.; il.

Produto da Dissertação - Povos indígenas e ensino de história: fichas temáticas para o ensino de História Indígena no Maranhão.

Orientação da Profa. Dra. Dr<sup>a</sup> Helidacy Maria Muniz Corrêa.

1. . Ensino de História. 2. História indígena. 3. Fichas temáticas. I. Título

CDU: 93/94 (=1-82):812.1

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO. ....	3
Lideranças indígenas e estratégias de conquista e ocupação da América portuguesa.....	6
Catequização dos indígenas na colonização portuguesa. ....	9
Os índios na guerra contra os holandeses no Maranhão. ....	12
Violência contra os indígenas na colonização portuguesa. ....	16
O trabalho indígena na sociedade colonial.....	21
Os índios e os trabalhos urbanos na colonização portuguesa.....	25
O Procurador dos índios na colonização portuguesa.....	29
Os Resgates na colonização portuguesa. ....	32
Fugas indígenas na colonização portuguesa.....	35
Os indígenas e as dificuldades econômicas na capitania do Maranhão. ....	38
GLOSSÁRIO. ....	42
REFERÊNCIAS. ....	45



# APRESENTAÇÃO

Os povos indígenas tiveram participação fundamental na História do Brasil desde o processo colonizador. Contribuíam com sua história, conhecimentos, cultura e trabalho, visto que nos primeiros anos de conquista foram eles quem realizaram a maior parte das tarefas exigidas pelos europeus. Além de promoverem movimentos de resistências, guerras, fugas, praticaram negociações, estabeleceram alianças. Conhecer e nos aprofundar na história dos povos indígenas é, portanto, estudar a nossa própria história, nossa identidade e a própria formação do nosso país.

As novas pesquisas evidenciam a história dos povos indígenas a partir das suas próprias ações, revelando-os como agentes. Agora se evidenciam seus atos, negociações e resistência em diferentes períodos e conjunturas. A sociedade indígena sofreu com a colonização, porém, mesmo diante de um processo violento, houve ações indígenas perante as situações adversas e diversas. Nessa nova escrita, as ações dos indígenas passam a ser observadas a partir das suas experiências sociais e culturais, com seus interesses próprios.

Por isso, é fundamental que esses novos conhecimentos cheguem ao ensino básico. Diante dessa necessidade, graças à luta de vários grupos, como negros e indígenas, por mais espaços em todos os âmbitos da sociedade e pela necessidade de estudar a contribuição de vários povos para nossa história, houve a exigência de buscar formas para discutir e valorizar a história e cultura dos povos indígenas. E um dos lugares indispensáveis para o conhecimento dessa história é a escola. Nesse sentido, foi promulgada a lei 11.645/2008, a qual estabelece a obrigatoriedade do ensino da história dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Segundo a lei, estarão incluídos diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, valorizando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, à história do Brasil.

A referida lei contribui para a valorização da diversidade dos povos que formam o nosso país e é fundamental para que os alunos não enxerguem os indígenas como pessoas fora da realidade, estranhas a nossa história. Essa abordagem ainda é essencial para que a sociedade não desqualifique a luta desses povos, seja pelo acesso à terra ou até mesmo direitos básicos como saúde e educação. Além disso, estudar a história indígena é uma forma de mostrar a resistência desses povos diante de todos os desafios da atualidade.

Visando colaborar para a melhoria do ensino da história sobre os povos indígenas, elaboramos um material pedagógico, Fichas Temáticas, como proposta para se trabalhar a história indígena com discentes, na educação básica. O material terá como base as fontes coloniais, especificamente, os manuscritos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e as atas de vereação da Câmara de São Luís, além de recortes de reportagens atuais de jornais maranhenses. O objetivo é mostrar aspectos das histórias indígenas no Maranhão, relacionando-as com as demais regiões do Brasil e, a partir das problemáticas, estabelecer possibilidades de debates e conhecimentos básicos críticos, a respeito da História dos povos indígenas, além de ajudá-los na concepção e interpretação de fontes históricas.

As fichas temáticas compõem um material didático com análises de documentos históricos relacionados aos povos indígenas. Serão constituídas de extratos de fontes coloniais, seguidas de orientações pedagógicas e questões-problemas para interpretação, análise e compreensão das várias formas de participação dos povos indígenas na história do Maranhão. Além dos aspectos históricos relativos ao tema, nas fichas instigamos os alunos a perceberem a conjuntura histórica em que o documento foi produzido, os sujeitos e instituições envolvidas. Cada ficha terá um tema sobre os povos indígenas.

Quanto à estrutura das fichas temáticas, elas iniciarão com temas sobre os povos indígenas, relacionados aos assuntos contidos no currículo do ensino básico e ao documento escolhido, seguidas de fragmentos de manuscritos para leitura, interpretação e debate. No processo de transcrição dos documentos, optamos por adaptar a escrita para o português atual para facilitar a leitura e compreensão. Após o fragmento, temos a identificação do documento e sua referência, a página de onde foi retirado o fragmento, a data, a localização do documento na íntegra. Em seguida, destacamos as palavras-chave do documento, o tipo de fonte e o eixo temático à qual o fragmento se insere, a fim de situar os discentes quanto aos conteúdos curriculares. Também elaboramos um resumo sobre o documento e a conjuntura histórica na qual a cena se desenvolve.

Após a apresentação das fontes documentais, seguem as propostas pedagógicas para serem trabalhadas, preferencialmente, em equipe. Nessa parte, faremos com que os objetivos do trabalho se concretizem. A parte *Compartilhando informações* se refere a questões introdutórias para diagnosticar o conhecimento prévio dos alunos a respeito dos povos indígenas.

A segunda parte, *Decodificando a leitura do texto*, conduz o aluno à leitura do extrato e a decomposição de seus elementos, de modo a identificar as palavras desconhecidas, sublinhá-las, pesquisar seus significados, identificando as mudanças nas grafias das palavras. Os discentes ainda poderão reconhecer os sujeitos mencionados e acontecimentos históricos no texto e

depois pesquisar o significado das palavras-chave do texto.

Na terceira parte, *Compreendendo o texto*, composto de questões-problema com vista a suscitar o debate e/ou a elaboração de textos escritos, o foco é a interpretação do extrato. O objetivo é fazer com que os alunos analisem o documento e compreendam a temática exposta, identificando de forma geral a participação dos povos indígenas na colonização de múltiplas formas. O que pretendemos é possibilitar um rol de conhecimentos críticos aos discentes sobre os povos indígenas.

Na quarta parte, *Produção textual*, oferecemos uma questão-problema que propõe a produção de um texto sobre o tema gerador, envolvendo os povos indígenas, como a catequização, resistência, escravidão, lideranças indígenas, alianças, dentre outros. Em alguns momentos será necessário os alunos fazerem uma breve pesquisa sobre o assunto.

Em seguida, o título *Conexões entre o passado e o presente* traz a análise de notícias veiculadas pela mídia impressa maranhenses. Nele, os alunos serão motivados a refletir sobre algumas questões atuais a respeito dos povos indígenas. Nessa parte serão requeridos dos alunos conhecimentos acerca da cultura e da situação atual dos indígenas, veiculadas na imprensa, destinando-se espaço para indagações dos próprios aprendizes. Estes questionamentos potencializam as reflexões sobre os problemas suscitados e colaboram para um despertar de consciência sobre os papéis dos índios nas sociedades passadas e atual. Além disso, o trabalho, com as fontes recentes, desmistificam a ideia de que os indígenas estão relegados ao passado. Observaremos as ameaças sofridas pelos indígenas, principalmente, de perderem terras que são suas por direito, bem como suas lutas pela sobrevivência física e cultural, e o abandono em relação aos serviços básicos como educação e saúde.

No final da ficha apresentamos indicações bibliográficas para que os alunos possam realizar pesquisas e aprofundar os conhecimentos sobre temáticas que envolvam as histórias indígenas ou estejam relacionadas ao ensino da história indígena.

A partir da leitura e interpretação dos documentos de época, os alunos problematizarão as informações contidas nas fontes. Além disso, a proposta pedagógica das fichas temáticas com trechos de fontes coloniais objetiva fomentar o espírito crítico nos alunos, de modo a torná-los sujeitos mais reflexivos, capazes de desenvolver interpretação e análises de textos ou imagens. Assim, convidamos os alunos a mergulhar na História indígena e reconhecer em cada fragmento dessa rica história elementos de nossa própria identidade. Um excelente estudo a tod@s!

# Lideranças indígenas e estratégias de conquista e ocupação da América portuguesa

**Palavras-chave:** Índios Principais. Alianças. Conquista. Maranhão Colonial

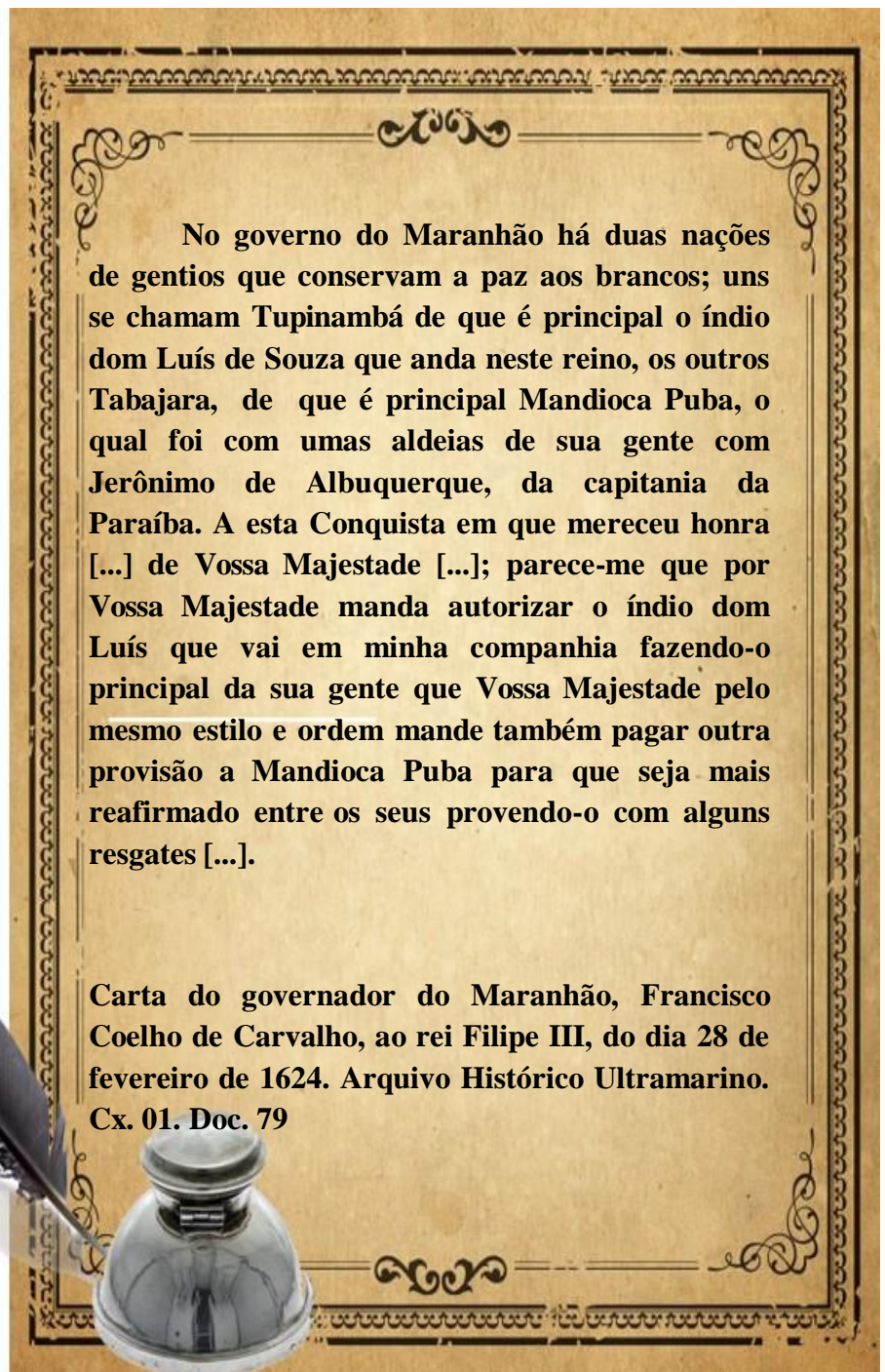
**Tipo de fonte:** Documento Administrativo

**Eixo temático:** Estado e relações de poder

**Resumo do Documento:** Fragmento de uma carta escrita pelo governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, ao rei Filipe III, em que trata da aliança feita com os Tupinambá e os

Tabajara por meio de seus líderes, denominados de Principais. Em seguida, solicita ao monarca providências quanto ao pagamento ao índio Mandioca Puba pelos serviços prestados na conquista da terra, reconhecendo-o como chefe (Principal) da aldeia dos Tabajaras, tal como tinha feito

com, tal como tinha feito com o outro índio, chefe dos Tupinambá, Luís de Sousa. A concessão da provisão ao índio Mandioca Puba era uma prova de consideração do rei, uma confirmação da aliança firmada com o líder dos gentios, além do pagamento ser visto como uma ação para o melhoramento do estado do Maranhão.



No governo do Maranhão há duas nações de gentios que conservam a paz aos brancos; uns se chamam Tupinambá de que é principal o índio dom Luís de Souza que anda neste reino, os outros Tabajara, de que é principal Mandioca Puba, o qual foi com umas aldeias de sua gente com Jerônimo de Albuquerque, da capitania da Paraíba. A esta Conquista em que mereceu honra [...] de Vossa Majestade [...]; parece-me que por Vossa Majestade manda autorizar o índio dom Luís que vai em minha companhia fazendo-o principal da sua gente que Vossa Majestade pelo mesmo estilo e ordem mande também pagar outra provisão a Mandioca Puba para que seja mais reafirmado entre os seus provendo-o com alguns resgates [...].

Carta do governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, ao rei Filipe III, do dia 28 de fevereiro de 1624. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 01. Doc. 79

**Entendendo a conjuntura histórica:** No processo de conquista e ocupação do Maranhão, durante a instauração da colonização portuguesa, as lideranças indígenas, também chamadas de Principais, constituíam um elo fundamental entre a população nativa e os conquistadores para o estabelecimento das alianças. A formação das alianças com as lideranças indígenas era consolidada no interior dos aldeamentos e, na maioria, esses agentes serviam principalmente como intermediários para facilitar o acesso dos europeus à mão de obra indígena, além de terem sido imprescindíveis nas guerras de conquista e defesa do território.

## *Trabalhando em equipe...*

### **1- Compartilhando informações**

O que vocês conhecem sobre os povos indígenas do Brasil e do Maranhão? Como compreendem a colonização do Brasil? Que associações podem fazer entre povos indígenas e a colonização do Brasil? Onde aprenderam essas informações?

### **2- Decodificando a leitura do texto**

Quais palavras desconhecem no texto? Qual melhor significado para elas hoje? Como vocês identificam os personagens e/ou acontecimentos dessa história?

Comentem e justifiquem o que mais lhes chamou a atenção no texto.

### **3- Compreendendo o texto**

Questões para debate em grupo e/ou trabalho escrito:

a) O documento se refere ao período colonial do Brasil e consiste em uma carta enviada do governador do Maranhão ao rei Felipe III. Explique o que foi solicitado ao rei e os argumentos utilizados pelo governador do Maranhão para justificar o seu pedido.

b) Através da leitura do documento explique como podemos identificar a participação dos índios principais no estabelecimento de alianças com os colonizadores para a efetivação da conquista do território.

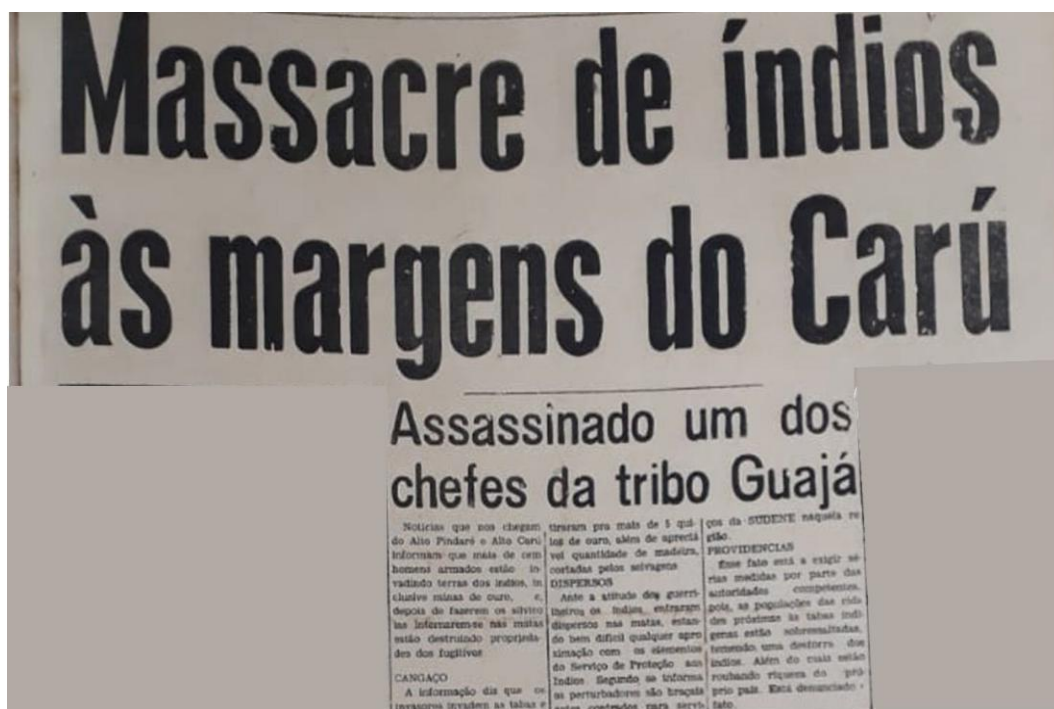
### **4- Produção textual:**

Com base no documento apresentado façam uma breve pesquisa e elaborem um texto sobre as lideranças indígenas durante o período colonial do Brasil, enfatizando a sua importância na sociedade indígena e também para os colonizadores.



## 5- Conexões entre o passado e opresente:

Observe a reportagem do Jornal Pequeno, do dia 31 de março de 1965:



Fonte: Jornal Pequeno. São Luís, Maranhão, dia 31 de março de 1965, nº 5677, p. 1.

a) A notícia retrata um massacre a índios no Alto Pindaré e no Alto Caru, em 1965, em virtude de os indígenas terem suas terras invadidas. As invasões às terras indígenas são um problema recorrente até os dias atuais. Com base no jornal e nos seus conhecimentos, explique os motivos que levam a invasões dessas terras e os impactos para os povos indígenas.

b) Agora é a sua vez de relacionar passado e presente. Pesquise uma notícia de jornal sobre índios do Maranhão e, façam uma análise sobre como os indígenas são apresentados nos meios de comunicação.

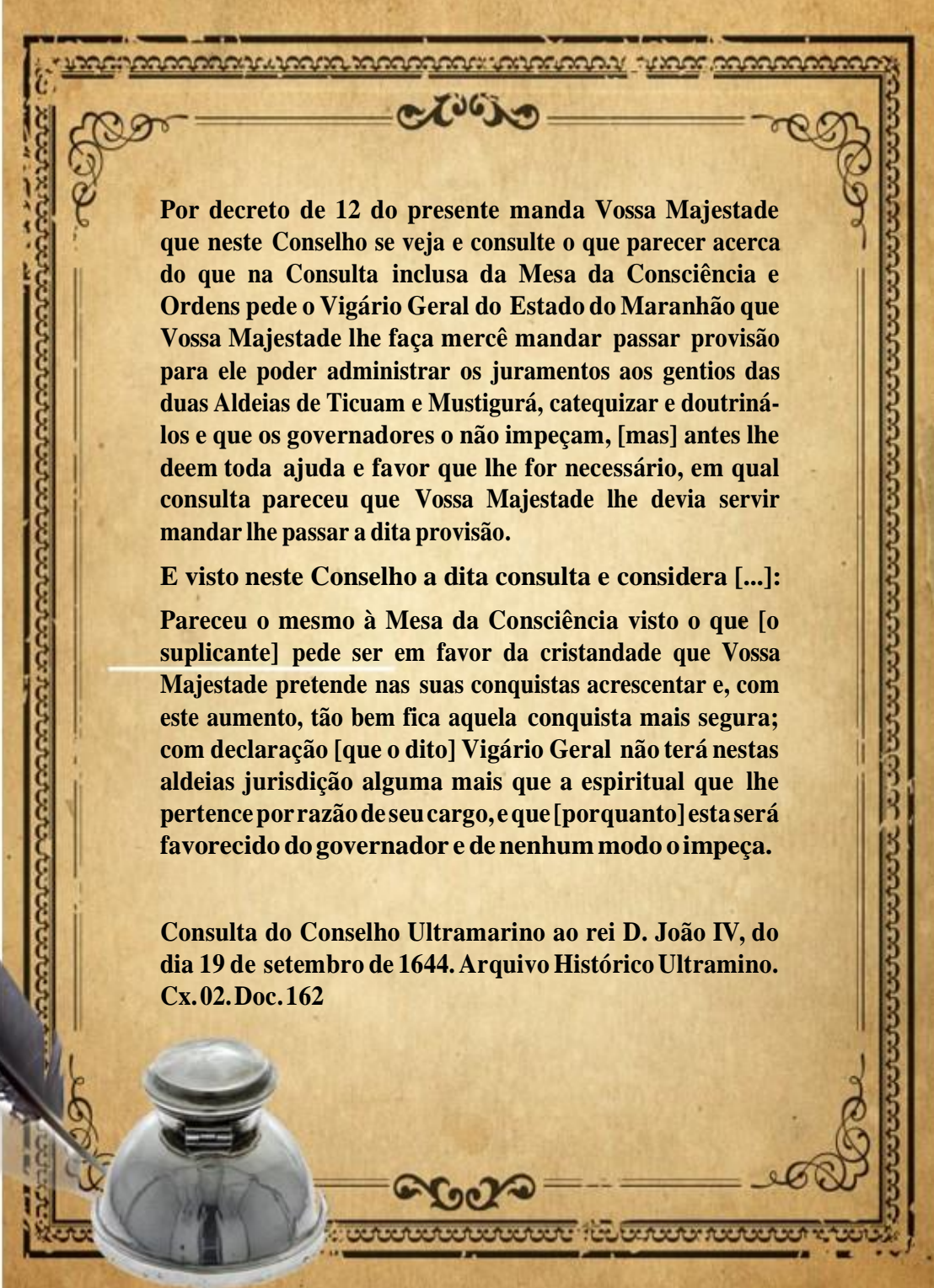
### Indicações bibliográficas:

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos avançados. v.8 n. 20, São Paulo, Jan./Abr. 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

## Catequização dos indígenas na colonização portuguesa



Por decreto de 12 do presente manda Vossa Majestade que neste Conselho se veja e consulte o que parecer acerca do que na Consulta inclusa da Mesa da Consciência e Ordens pede o Vigário Geral do Estado do Maranhão que Vossa Majestade lhe faça mercê mandar passar provisão para ele poder administrar os juramentos aos gentios das duas Aldeias de Ticuam e Mustigurá, catequizar e doutriná-los e que os governadores o não impeçam, [mas] antes lhe deem toda ajuda e favor que lhe for necessário, em qual consulta pareceu que Vossa Majestade lhe devia servir mandar lhe passar a dita provisão.

E visto neste Conselho a dita consulta e considera [...]:

Pareceu o mesmo à Mesa da Consciência visto o que [o suplicante] pede ser em favor da cristandade que Vossa Majestade pretende nas suas conquistas acrescentar e, com este aumento, tão bem fica aquela conquista mais segura; com declaração [que o dito] Vigário Geral não terá nestas aldeias jurisdição alguma mais que a espiritual que lhe pertence por razão de seu cargo, e que [porquanto] esta será favorecido do governador e de nenhum modo o impeça.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, do dia 19 de setembro de 1644. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx.02.Doc.162

**Palavras-chave:** Índios. Conselho Ultramarino. Catequização

**Tipo de fonte:** Documento administrativo

**Eixo temático:** Estado e relações de poder

**Resumo do Documento:** No Conselho Ultramarino chegou uma consulta sobre o pedido de Mateus de Sousa, vigário-geral do Estado do Maranhão, para que seja passada a ele a provisão para administrar os sacramentos, catequizar e doutrinar os gentios das aldeias de Ticuam e Mustigurá. A resposta do Conselho Ultramarino foi favorável ao pedido, o vigário-geral recebeu a jurisdição espiritual das duas aldeias.

**Entendendo a conjuntura histórica:** Um dos pilares da política de colonização da América Portuguesa foram as ações missionárias das várias ordens religiosas que aqui estiveram, a exemplo dos jesuítas, carmelitas, franciscanos, mercedários. Espalhados em todas as capitânicas do Brasil, esses religiosos levaram às últimas consequências a missão de conquistar a amizade dos índios, catequizá-los e “civilizá-los”. Porém, a Companhia de Jesus – presente na América portuguesa desde 1549 – foi uma das principais Ordens a desenvolver suas atividades de evangelização no Brasil. Os jesuítas criaram as chamadas missões ou reduções, aldeamentos que reuniam um grande número de indígenas, sob a administração dos religiosos para evangelizá-los. Tal fato desencadeou inúmeros conflitos entre colonos e religiosos durante o processo colonizador. O principal impasse se dava em torno da disputa pela administração e uso da mão de obra indígena. Sobre essa questão, diversas cartas foram expedidas pelos governos locais ao reino. No Conselho Ultramarino, órgão consultivo do rei, discutiam as solicitações vindas das conquistas para, posteriormente, dar um parecer ao rei recomendando-lhe sobre como deveria proceder acerca dos pedidos. Assim o fez o Conselho Ultramarino em relação à questão da administração das aldeias pelos religiosos, recomendando ao rei que fosse concedida ao vigário-geral a jurisdição espiritual das aldeias Ticuam e Mustigurá.

## *Trabalhando em equipe...*

### **1- Compartilhando informações**

O que vocês conhecem sobre os povos indígenas do Brasil e do Maranhão? Como compreendem a colonização do Brasil? Que associações podem fazer entre povos indígenas e a colonização do Brasil? Onde aprenderam essas informações.

### **2- Decodificando a leitura do texto**

Quais palavras desconhecem no texto? Qual melhor significado para elas hoje? Como vocês identificam os personagens e/ou acontecimentos dessa história?

Comentem e justifiquem o que mais lhes chamou a atenção no texto.



### 3- Compreendendo o texto

Questões para debate em grupo e/ou trabalho escrito:

- a) O documento apresentado nos remete ao processo de catequização dos indígenas durante a colonização da América Portuguesa. Explique a solicitação realizada pelo vigário-geral do Maranhão e as suas intenções.
- b) Com base na leitura do documento, como podemos identificar possíveis conflitos entre religiosos e colonos em torno da administração dos indígenas durante a colonização.

### 4- Produção Textual

Com base no documento apresentado, faça uma breve pesquisa e elabore um texto sobre o processo de catequização dos indígenas durante o período colonial do Brasil, enfatizando a resistência dos nativos e os impactos para esses povos.

### 5- Conexões entre o passado e o presente:

Observe a reportagem do jornal “O Estado do Maranhão” do dia 20 de setembro de 1988:

- a) A notícia veiculada retrata o caso de mais um presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Romero Jucá Filho, ter saído do poder. Como o jornal “O Estado do Maranhão” avalia o trabalho dessa instituição na época? Ela atendia aos interesses dos povos indígenas?
- b) Elabore uma breve pesquisa sobre a atuação da FUNAI nos dias atuais, destacando o que essa instituição tem feito pelos povos indígenas do Maranhão.

### Indicações bibliográficas:

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos avançados. v.8 n. 20, São Paulo, Jan./Abr. 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

## Mais um na Funai

Caiu mais um presidente da Funai, Romero Jucá Filho, cujo último ato de importância foi a elaboração de um relatório que sugeriu a amputação de mais de 60% da reserva dos índios Guajá, do Maranhão. A sugestão foi acatada pelo Minter e pelo Mirad.

O substituto de Jucá Filho é Íris de Oliveira, que assume cercado do ceticismo geral.

Na verdade, a Funai parece mesmo que não tem jeito. Entra governo, sai governo, mudam-se os presidentes do órgão (só na administração Sarney já foram uns seis ou oito, é difícil lembrar quantos) e tudo permanece na mesma. Oscilando o tempo todo entre o paternalismo e o descaso, entre o desperdício e a conivência com interesses anti-indígenas, a Funai desagrada a gregos e troianos e não cumpre seu papel de zelar pelo desenvolvimento e proteção das comunidades pré-colombianas do País.

Muitos acham que a única solução é extinguir a Funai e criar um outro órgão, radicalmente diferente deste.

Fonte: Jornal “O Estado do Maranhão”. São Luís, Maranhão, dia 20 de setembro de 1988, nº 9065, p. 3.



## Os índios na guerra contra os holandeses no Maranhão

Os principais índios das aldeias do Maranhão fizeram petição neste Conselho, por seu procurador, o Padre Francisco da Costa de Araujo em que dizem, que eles tem servido Vossa Majestade com a fidelidade de leais vassallos assim nas conquistas e guerras que por ordem de vossa majestade seus governadores [...] índios rebelados [...] contra o holandês que vinham comerciar e fazer guerra a esta capitania [...] descendo índios do sertão sujeitando-os a vassalagem de Vossa Majestade e agora de presente na expulsão dos holandeses que ocupavam tiranicamente a praça do Maranhão, donde mostraram grandemente lealdade e fidelidade, não havendo entre eles rebelião nenhuma, nem traição, [...], anos antes arriscando-se todos por muitas vezes e arrojando-se aos maiores perigos, assim animando-os o nome português de Vossa Majestade cuja nação estima mais que todas as outras, achando-se os índios em todas as ocasiões de guerra [...], sendo muito vigilantes; e em [...], assaltos, emboscadas, sendo sempre os dianteiros, pelejando em todas elas a peito descoberto, não temendo suas balas, do que morreram, muitos deles, e quanto mais a guerra crescia, tanto mais se lhe incendia os ânimos contra os inimigos que mal se pudera conseguir a expulsão dos inimigos se eles não foram e a maior parte da vitória que Deus nos deu, se lhes deve a seu esforço e valor. [...] que Vossa majestade para conservação daquele Estado lhes gratifique com algumas mercês o serviço que fizeram para que a vista delas se animem cada vez mais, e sejam mais leais e verdadeiros.

Pedem a majestade prostrados a seus reais pés como humildes vassallos, lhe façam mercê do hábito de Cristo para cada um, e algumas roupas para se vestirem eles, e suas mulheres.

Pareceu.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, do dia 22 de março de 1646. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 02. Doc. 191.

**Palavras-chave:** Índios principais. Vassallos. Guerra. Mercês de hábito de Cristo.

**Tipo de fonte:** Documento administrativo.

**Eixo temático:** Estado e relações de poder.

**Resumo do documento:** O Conselho Ultramarino consulta o rei, D. João IV, sobre o pedido de mercê do Hábito de Cristo e de algum vestuário pelos Principais das aldeias do Maranhão, em

retribuição pelos serviços prestados na guerra contra os holandeses, pois os indígenas têm servido ao rei com fidelidade e lealdade, portanto mereciam ser beneficiados.

**Entendendo a conjuntura histórica:** Durante o período colonial do Brasil, as alianças entre indígenas e colonizadores ocorreram, na maioria dos casos, motivadas pelo interesse português no acesso e utilização da mão de obra indígena em diversas frentes. A aliança desejada pelos portugueses com os índios visava, ainda, ao apoio nas guerras de conquista e defesa do território. O documento menciona uma das inúmeras participações dos índios nessas guerras de conquista do Maranhão. Por outro lado, os líderes indígenas (Principais) das aldeias possuíam também seus interesses nas alianças com os europeus e, em muitos casos solicitavam benefícios devido aos serviços prestados aos portugueses. No fragmento do documento em destaque, os indígenas solicitam a mercê do Hábito de Cristo e algum vestuário. O processo de oferecimento de mercês aos índios Principais começa, efetivamente, no reinado de Filipe IV. Nesse período, existe a possibilidade de obtenção de hábitos das Ordens Militares por índios. Porém, no reinado de D. João IV, esse tipo de pedido ganhou dimensões maiores. Assim, alguns dos mais significativos exemplos de agraciamento de índios aliados datam entre as décadas de 1640 e 1650. A luta contra outras nações europeias, pelo controle do território ainda persistia nesse período, portanto, na região a política de enobrecimento das lideranças indígenas ligava-se ao firme propósito de conseguir aliados na guerra contra seus inimigos europeus, como os holandeses.

## *Trabalhando em equipe...*

### **1- Compartilhando informações**

O que vocês conhecem sobre os povos indígenas do Brasil e do Maranhão? Como compreendem a colonização do Brasil? Que associações podem fazer entre povos indígenas e a colonização do Brasil? Onde aprenderam essas informações?

### **2- Decodificando a Leitura do texto:**

Quais palavras desconhecem no texto? Qual melhor significado para elas hoje? Como vocês identificam os personagens e/ou acontecimentos dessa história?

Comentem e justifiquem o que mais lhes chamou a atenção no texto.

## Cacique Jorginho Guajajara é assassinado no Maranhão

*Crime estaria relacionado ao acirramento do conflito dos índios com madeireiros que invadem impunemente a Terra Indígena Araribóia.*

Mais uma liderança indígena é morta no Brasil. O cacique Jorginho Guajajara, da **Terra Indígena Araribóia**, na Amazônia maranhense, foi assassinado no último fim de semana. Segundo lideranças Guajajara ouvidas pela reportagem do Instituto Socioambiental (ISA), seu corpo foi encontrado na manhã do domingo (12/8) na entrada do município de Arame (MA), cuja sede faz limite com a TI. Jorge era cacique da aldeia Cocalinho I, do povo Guajajara.

De acordo com lideranças Guajajara, nenhuma providência foi tomada por órgãos públicos até agora. "Até agora nenhum órgão se manifestou", afirma Vitorino Guajajara, da região de Lago Branco, na TI.

Segundo Marçal Guajajara, o cacique foi morto por não-indígenas. O conflito na região é acirrado, com invasões constantes de madeireiros na Terra Indígena. Segundo Vitorino, existe uma espécie de toque de recolher na cidade e nenhum índio deve circular em Arame depois das 22 horas. O cacique Jorge estava no município depois desse horário. "Se for lá depois das 22h, acontece isso", relata Vitorino. "Os madeireiros se juntam aos caçadores para agredir nossos parentes", relata.



© Marizilda Cruppe / Greenpeace  
Incêndio florestal na Terra Indígena Araribóia, em 2015. Até 2017, 24.698 hectares tinham sido desmatados na TI

A região amazônica do Maranhão é alvo de intenso desmatamento e degradação florestal, inclusive dentro de terras indígenas. Segundo dados do Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) de 2017, 70% do bioma já foi desmatado no Estado (veja mapa abaixo). Apenas na TI Araribóia, foram 24.698 hectares desmatados até 2017. No município de Arame, ainda de acordo com os dados do Prodes 2017, a situação não é diferente: dos últimos 25% de floresta restante, a maior parte está em terras indígenas. Além da TI Araribóia, os Guajajara ainda possuem uma segunda área que incide sobre o território do município, a TI Geralda/Toco Preto, de 19 mil hectares.

### Guardiões da Floresta

Para combater a invasão de seus territórios e a degradação de suas florestas, os Guajajara têm se organizado em grupos de proteção territorial chamados de "guardiões da floresta", que também fazem a vigilância contra madeireiros e caçadores. O grupo ainda busca proteger, dos invasores, índios Awá Guajá isolados que vivem na região.

Xulwi Guajajara é líder do grupo de guardiões da Aldeia Zutiui, na TI Araribóia. Segundo ele, há um grupo de madeireiros foragidos da Justiça vivendo na TI, e que realizam assaltos na região. Isso tem acirrado o conflito e as ameaças contra os guardiões, que estão buscando apoio das autoridades locais e federais.

### 3- Compreendendo o texto

Questões para debate em grupo e/ou trabalho escrito:

- A Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV trata do pedido de mercê do Hábito de Cristo e de algum vestuário pelos Principais das aldeias do Maranhão. Explique as justificativas do pedido destes benefícios aos indígenas.
- A partir da leitura do manuscrito, como podemos perceber a importância das alianças entre colonos e indígenas, bem como a concessão de benefícios aos índios para a efetivação da conquista?

### 4- Produção textual

Com base no documento apresentado, faça uma breve pesquisa e elabore um texto sobre o estabelecimento de alianças entre indígenas e portugueses durante a colonização, destacando os interesses desses sujeitos e como essa relação foi fundamental para a conquista do território.

### 5- Conexões entre o passado e o presente:

Observe a notícia acima do Instituto Socioambiental, do dia 14 de agosto de 2018:

- A notícia acima retrata do assassinato do líder indígena Jorginho Guajajara, da Terra Indígena Araribóia, no Maranhão. Segundo o texto, a que fato este crime estaria relacionado e quais os problemas vivenciados pelos indígenas na região amazônica do Maranhão?
- A manutenção dos indígenas em suas terras é fundamental para a continuidade não só dos seus povos e cultura, mas também para a preservação do meio ambiente. De acordo com a notícia, como os indígenas guajajaras têm atuado na proteção ambiental das suas terras?

**Indicações bibliográficas:**

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos avançados. v.8 n. 20, São Paulo, Jan./Abr. 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.



## Violência contra os indígenas na colonização portuguesa

Pelo decreto incluso, manda Vossa Majestade que a consulta do Conselho da Fazenda [...] sobre uma carta do Provedor da Capitania do Pará do Estado do Maranhão se veja neste Conselho os papéis que vinham com ela e se consulte logo o que parecer constar a dita consulta três pontos: o primeiro, sobre as drogas [do sertão] semelhantes às das Índias que de novo se descobriram no Maranhão, e sobre este diz o dito Provedor que as amostras que mandou eram da flor das ditas drogas e não do fruto; e que determinava de fazer nova experiência em tempo conveniente e também nas árvores (cuja casca serve de especiaria) para se certificar [...]; e sem o dito Provedor avisar ao certo desta segunda diligência e se fizeram por ordem deste Conselho a que [...] as experiências necessárias como se disse a Vossa Majestade em uma consulta que sobre estes pontos se fez, em 3 de agosto passado e que não pertencia ao Conselho da fazenda fazê-las se não pode dar parecer ajustado na mesma matéria; quanto mais que o governador do Maranhão Luís Magalhães [...] fazer ao Estado do Maranhão todas as diligências e experiências necessárias nas ditas drogas e com sua resposta e parecer ficará mais fácil fazer e certa a resolução que retomar.

O 2º ponto da dita Consulta trata das aldeias que os governadores passados do Maranhão proveram em pessoas particulares e os maus tratamentos que dão aos índios, causa de algumas aldeias estarem desprovidas e todas mais pobres; e em particular da que lhe está o Vigário Geral Matheus de Souza com vontade de lavrar com eles muita quantidade de tabaco; e neste ponto pareceu dizer a Vossa Majestade que está em favor da resolução que a tomou.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, do dia 23 de outubro de 1648. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 03. Doc. 272.

**Palavras-chave:** Índios. Drogas do sertão. Maus tratos.

**Tipo de fonte:** Documento administrativo.

**Eixo temático:** Estado e relações de poder.

**Resumo do documento:** O Conselho Ultramarino enviou uma consulta ao rei D. João IV sobre a descoberta de drogas do sertão no Maranhão e as aldeias onde os índios são maltratados por

particulares. Além dos atos de violências, o documento menciona que muitas aldeias estavam desprovidas e mais pobres e cita a aldeia em que o vigário geral Matheus de Souza é responsável, que possuía o desejo de utilizar os indígenas no cultivo do tabaco.

**Entendendo a conjuntura histórica:** O Conselho Ultramarino discutia e aconselhava o rei sobre tudo o que diz respeito à política e à administração do Brasil. Assim, assuntos referentes a economia eram encaminhados ao Conselho e, as drogas do sertão eram produtos que geravam lucros ao reino, aos governos e aos conquistadores. O Maranhão no século XVII foi marcado pela importância das atividades extrativistas (principalmente a coleta das chamadas drogas do sertão) e pelo uso da mão de obra indígena. No processo de escravidão dos povos indígenas era muito comum o uso de maus tratos, o que prejudicava as aldeias e ainda os colonos ou religiosos que precisavam dos seus serviços. Além disso, a própria busca desenfreada por indígenas, a fim de escravizá-los, fazia com que a relação entre estes dois grupos, indígenas e portugueses, fosse marcada pela hostilidade.

## *Trabalhando em equipe...*

### **1- Compartilhando informações**

O que vocês conhecem sobre os povos indígenas do Brasil e do Maranhão? Como compreendem a colonização do Brasil? Que associações podem fazer entre povos indígenas e a colonização do Brasil? Onde aprenderam essas informações?

### **2- Decodificando a Leitura do texto**

Quais palavras desconhecem no texto? Qual melhor significado para elas hoje? Como vocês identificam os personagens e/ou acontecimentos dessa história?

Comentem e justifiquem o que mais lhes chamou a atenção no texto.

### **3- Compreendendo o texto**

Questões para debate em grupo e/ou trabalho escrito:

a) Com base na leitura do documento, podemos identificar que informações referentes à economia eram encaminhadas ao Conselho Ultramarino. De acordo com o texto, explique a primeira informação transmitida ao Conselho e como os indígenas participavam nessa atividade econômica.

b) A Consulta do Conselho retrata o tratamento dispensado aos indígenas durante a

colonização portuguesa. Explique de acordo com o documento como os indígenas foram tratados pelos particulares e os impactos dessas ações para as aldeias.

#### 4- Produção textual

Com base no documento apresentado, faça uma breve pesquisa e elabore um texto sobre os impactos da colonização para os povos indígenas, destacando a violência com que eram tratados e suas implicações.

#### 5- Conexões entre o passado e o presente:

Observe a reportagem do jornal online “O Estado do Maranhão”, do dia 17 de janeiro de 2019:

## Funai relata à PF ameaças a terra indígena no Maranhão

Posseiros que foram retirados do território dos índios Awa Guajá discutem voltar ao local, segundo funcionário da fundação.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) disse nesta quinta-feira (17) que informou à Polícia Federal a ocorrência de ameaças à terra indígena Awá, no Maranhão.

Fazendeiros que ocupavam as terras ilegalmente haviam sido retirados das terras dos índios em 2014 após uma decisão judicial. No entanto, desde 2015, **fazem incursões para retirar madeira e criar gado, mas sem se estabelecer no local.**



Índios Awá-Guajá vivem em uma região já demarcada, mas temem invasões de fazendeiros e posseiros — Foto: Arquivo/TV Mirante

Recentemente, a Funai recebeu informações de que posseiros estariam discutindo voltar a ocupar as terras, segundo Bruno de Lima, coordenador da Frente de Proteção Étnico-Ambiental Awá. Ele avalia que

a **Medida Provisória de Jair Bolsonaro que tirou da Funai a demarcação de terras indígenas** estimula esse movimento.

"No contexto da medida provisória 870, que coloca para a Agricultura a demarcação de terras, [editada] na semana passada, tivemos informações de que um carro de som estaria convocando pessoas a uma reunião. Eles [fazendeiros] fizeram essa reunião neste domingo (13) no povoado Maguary, com informações de uma possível invasão [para voltar a viver] na área. Mas não houve nada até agora. O que nós tivemos informações é que eles vão fazer um documento e enviar ao ministério para fazer uma revisão da demarcação e retornar à área", afirmou.

### **Terra indígena de Awá**

Funai relata ameaças de invasão à área protegida no Maranhão; veja a localização



Fonte: Funai



Infográfico elaborado em: 17/01/2019

Área indígena Awá fica próxima a divisa do Maranhão com o Pará — Foto: Arte/G1

O secretário de Direitos Humanos do Maranhão, Francisco Gonçalves, também atribuiu a movimentação dos fazendeiros às mudanças na Funai.

"Essa ação dos fazendeiros, ela se deve a uma decisão do governo federal de rever as atribuições da Funai a que se deve a remarcação de territórios ou mesmo ao que se refere a licenças de uso dessas terras, licenças ambientais. E, com isso, eles acham que nesse novo ambiente político é possível rever a decisão que foi tomada em 2014", afirma.

Em entrevista à Globo News, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse que o governo não tem a intenção de rever territórios já demarcados.

"Nós não podemos achar que o Estado brasileiro, porque mudou o governo e mudou a orientação política, que nós vamos transgredir a lei. Eu acho que nós temos que continuar preservando o que os índios brasileiros tem: 13% do território nacional. Essas terras já estão confirmadas, são terras indígenas", declarou a ministra.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) disse considerar inadmissível os fazendeiros passarem por cima de uma decisão transitada em julgado.



Na região vive a população Awá-Guajá, que é definida pela Funai como "de recente contato", prova disso é que a maioria só fala a língua nativa, o "Awá Guajá". Atualmente, cerca de 100 desses índios vivem nas terras do Maranhão, precisando de espaço porque são nômades e dependem da caça. Segundo o Instituto Socioambiental, a terra, que fica na floresta amazônica, tem 117 mil hectares.

### **Medidas para proteção das terras**

Em nota, a Funai afirma que as ameaças foram reportadas à Polícia Federal e que a corporação já enviou agentes à região. A Funai diz ainda que está em diálogo com os indígenas, com a Secretaria de Direitos Humanos do Maranhão e outras instituições para buscar estratégias para a proteção da terra indígena Awá.

A Frente de Proteção Étnico-Ambiental Awá, ligada à Funai, informou que estão em reunião com o Estado para fechar parceria para policiamento permanente nas bases de vigilância para evitar invasões.

A Polícia Federal informou que abriu inquérito para apurar as denúncias, mas não pode tecer maiores comentários sobre as investigações em curso. Já as lideranças indígenas de outras tribos estão se organizando para resistir às invasões.

"A gente se organizou para lutar e para fazer a vigilância em conjunto, no qual se chama "guardões da floresta". Cabe a nós, nós indígenas, fazer nossa parte e também pedir apoio do estado, e de quem quer nos ajudar nesse momento"! (...) A gente 'veve' é da pesca, a gente 'veve' é da mata, a gente não quer destruir", contou Antonio Guajajara, cacique da aldeia Massaranduba.

Fonte: Jornal "O Estado do Maranhão". São Luís, Maranhão, dia 17 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/01/17/funai-relata-a-pf-ameacas-a-terra-indigena-no-maranhao.ghtml>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2019.

a) O jornal retrata um conflito no território pertencente aos povos Awá-Guajá. Os embates entre povos indígenas e particulares vêm ocorrendo desde o ano de 2014, quando fazendeiros que ocupavam as terras ilegalmente foram retirados da área. Segundo o texto, como a Medida Provisória emitida pelo presidente Jair Bolsonaro (que delega a função de demarcação de Terras Indígenas ao Ministério da Agricultura, sendo antes uma atribuição da FUNAI) está contribuindo para a invasão de terras indígenas pelos fazendeiros.

b) De acordo com o comentário feito na matéria, os Awá-Guajá são definidos pela FUNAI como povos "de recente contato". Dessa forma, explique por que essas terras são importantes para a vida destes povos e os riscos das invasões de fazendeiros.

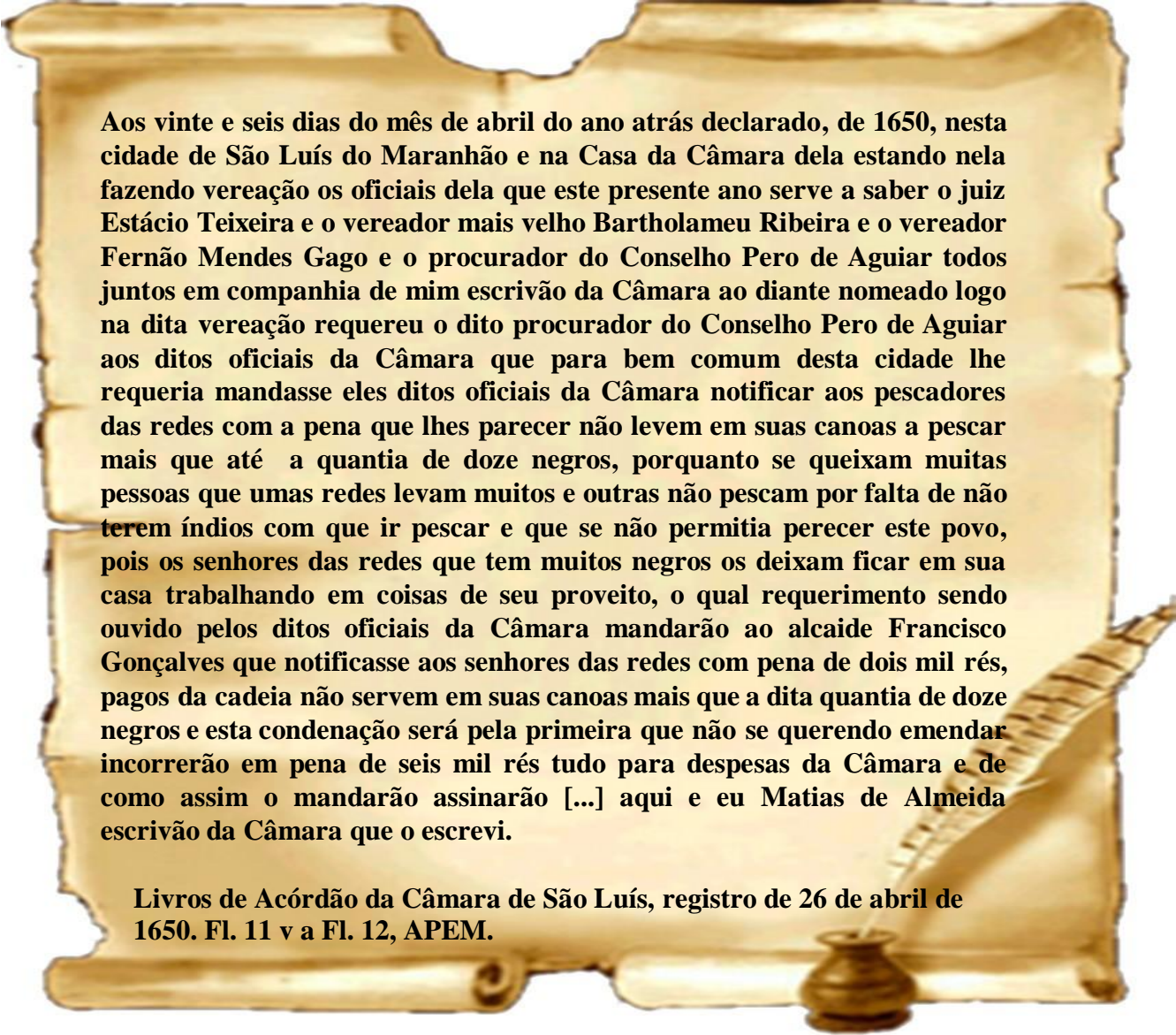
### **Indicações bibliográficas:**

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos avançados. v.8 n. 20, São Paulo, Jan./Abr. 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

## O trabalho indígena na sociedade colonial



Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano atrás declarado, de 1650, nesta cidade de São Luís do Maranhão e na Casa da Câmara dela estando nela fazendo vereação os oficiais dela que este presente ano serve a saber o juiz Estácio Teixeira e o vereador mais velho Bartholameu Ribeira e o vereador Fernão Mendes Gago e o procurador do Conselho Pero de Aguiar todos juntos em companhia de mim escrivão da Câmara ao diante nomeado logo na dita vereação requereu o dito procurador do Conselho Pero de Aguiar aos ditos oficiais da Câmara que para bem comum desta cidade lhe requeria mandasse eles ditos oficiais da Câmara notificar aos pescadores das redes com a pena que lhes parecer não levem em suas canoas a pescar mais que até a quantia de doze negros, porquanto se queixam muitas pessoas que umas redes levam muitos e outras não pescam por falta de não terem índios com que ir pescar e que se não permitia perecer este povo, pois os senhores das redes que tem muitos negros os deixam ficar em sua casa trabalhando em coisas de seu proveito, o qual requerimento sendo ouvido pelos ditos oficiais da Câmara mandarão ao alcaide Francisco Gonçalves que notificasse aos senhores das redes com pena de dois mil réis, pagos da cadeia não servem em suas canoas mais que a dita quantia de doze negros e esta condenação será pela primeira que não se querendo emendar incorrerão em pena de seis mil réis tudo para despesas da Câmara e de como assim o mandarão assinarão [...] aqui e eu Matias de Almeida escrivão da Câmara que o escrevi.

Livros de Acórdão da Câmara de São Luís, registro de 26 de abril de 1650. Fl. 11 v a Fl. 12, APEM.

**Palavras-chave:** Índios. Câmara de São Luís. Escravidão.

**Tipo de fonte:** Documento administrativo.

**Eixo temático:** História, sociedade e relações de trabalho.

**Resumo do documento:** Em vereação, o procurador do Conselho, Pero de Aguiar, requeria aos oficiais da Câmara que para bem comum da cidade que eles notificassem os pescadores das redes com uma pena, para que não levem em suas canoas para pescar mais que doze índios, pois muitos moradores levam muitos e outros não pescam satisfatoriamente devido a falta de índios. E muitos desses moradores que possuíam muitos índios, os ocupavam em atividades particulares.

**Etendendo a conjuntura histórica:** No século XVII, na capitania do Maranhão, o uso da mão de obra indígena era predominante e, muitas vezes, por conta do número de indígenas escravizados

não ser suficiente para todos os moradores era comum a disputa entre estes em torno do uso da sua mão de obra. Tais impasses em função do uso dos nativos em atividades eram tratados na Câmara de São Luís, a ponto de serem solicitadas notificações a quem descumprisse as determinações dos camaristas.

## *Trabalhando em equipe...*

### **1- Compartilhando informações**

O que vocês conhecem sobre os povos indígenas do Brasil e do Maranhão? Como compreendem a colonização do Brasil? Que associações podem fazer entre povos indígenas e a colonização do Brasil? Onde aprenderam essas informações?

### **2- Decodificando a leitura do texto**

Quais palavras desconhecem no texto? Qual o melhor significado para elas hoje? Como vocês identificam os personagens e/ou acontecimentos dessa história?

Comentem e justifiquem o que mais lhes chamou a atenção no texto.

### **3- Compreendendo o texto**

Questões para debate em grupo e/ou trabalho escrito:

- a) A vereação trata de disputas entre os moradores da capitania, em torno do uso da mão de obra indígena, sobretudo a mão de obra utilizada na pesca. Explique como esse problema é relatado no manuscrito.
- b) Como podemos perceber a importância da mão de obra indígena na colonização do Maranhão através desse documento?

### **4- Produção textual:**

Com base no documento apresentado, elabore um texto sobre o uso da mão de obra indígena do período colonial do Brasil, destacando as dificuldades encontradas pelos colonizadores para escravizá-los.

### **5- Conexões entre o passado e o presente:**

Observe a reportagem do jornal online Imirante, do dia 21 de março de 2018:

# No Maranhão, estatísticas da produção dão visibilidade a povos indígenas

Apesar das dificuldades enfrentadas, essas comunidades lutam diariamente para que sejam mantidas vivas as tradições herdadas dos seus antepassados.



Mais que coletar dados, o Censo Agropecuário 2017, realizado pelo IBGE, também contribui para que seja conhecida a produção agrícola de comunidades tradicionais, como os indígenas. No Maranhão, durante o trabalho de coleta de dados para o Censo Agro, os recenseadores percorreram diversas terras indígenas e constataram o modo peculiar como essa população lida com a terra. Apesar das dificuldades enfrentadas, como o desmatamento e outras formas de destruição, essas comunidades lutam diariamente para que sejam mantidas vivas as tradições herdadas dos seus antepassados.

Além das tradições, outro ponto fundamental é a busca desses povos tradicionais por direitos sociais. É esse o foco do Dia do Índio, comemorado no país em 19 de abril, assim como em outros países da América Latina, como Argentina e Costa Rica. Adotada oficialmente no Brasil em 1943, a data é uma referência à primeira reunião entre autoridades e representantes indígenas no Congresso Indígena Interamericano de 1940.

## **Dificuldades na coleta**

Uma das aldeias visitadas pelos recenseadores no Maranhão foi a Axinguirendá, localizada no município de Centro do Guilherme, a cerca de 440 km de São Luís. Ela está situada na terra indígena do Alto Turiaçu, onde vivem os índios da etnia Ka'apor.

Não é fácil chegar ao local onde a comunidade está situada. São cerca de 20 quilômetros de distância entre a região central de Centro do Guilherme e a aldeia, caminho esse feito o tempo todo por uma estrada vicinal e, em alguns trechos, dentro da mata.

A dificuldade de chegar ao local ajuda indiretamente na preservação da cultura desse povo ao afastar os visitantes. Contudo, infelizmente, a localização não foi obstáculo suficiente para impedir a atuação de madeireiros, que causaram o desmatamento da região.

Os indígenas da Aldeia Axinguirendá sobrevivem da agricultura de subsistência, pesca e também da caça, atividade essa que, por sua vez, é feita dentro da mata fechada. Já a criação de animais é bem restrita.



No dia a dia, membros da comunidade precisam se deslocar frequentemente até a região central de Centro do Guilherme em busca de algum tipo de mantimento. Todas essas informações foram repassadas aos recenseadores do IBGE pelos responsáveis pela aldeia, uma vez que apenas os homens falam o português. As mulheres e as crianças menores de cinco anos de idade falam, apenas, o tupi-guarani.

A comunidade ainda conserva muito das tradições dos seus antepassados, o que ainda pode ser visto na divisão do trabalho, por exemplo: enquanto os homens são responsáveis pela caça e pela pesca, as mulheres ocupam-se dos afazeres domésticos e da agricultura. Durante a coleta de dados, por exemplo, um grupo de mulheres produzia farinha, realizando desde o corte da mandioca ao produto final.

Outros costumes que fazem parte da cultura da comunidade ainda estão mantidos e continuam sendo passados de geração em geração. "Realizamos, ainda, as festas, casamentos e batizados", disse Ximy Ka'apor, cacique da aldeia. Contudo, os indígenas da localidade já enfrentaram ameaças às suas tradições.

Fonte: Jornal online Imirante. São Luís, Maranhão, dia 21 de março de 2018. Disponível em: <<https://imirante.com/maranhao/noticias/2018/04/21/no-maranhao-estatisticas-da-producao-dao-visibilidade-a-povos-indigenas.shtml>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

a) A notícia acima retrata povos indígenas do Maranhão que lutam para manter vivas as tradições herdadas dos seus antepassados. Explique como e quais são as práticas ainda conservadas pelos povos indígenas em suas aldeias.

b) Com base na pesquisa realizada pelo IBGE apresentada no jornal, explique as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas em suas atividades no dia a dia.

### **Indicações bibliográficas:**

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos avançados. v.8 n. 20, São Paulo, Jan./Abr. 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

## Os índios e os trabalhos urbanos na colonização portuguesa

Aos quinze dias do mês de outubro do dito ano de 1650 nesta cidade de São Luís do Maranhão e na Casa da Câmara estando nela juntos os oficiais da Câmara deste presente ano nela servem, a saber, o juiz Estácio Texeira e o vereador mais velho Bartollomeu Ribeira e o vereador Antonio Pereira e o procurador do Conselho Pero de Aguiar todos juntos em companhia de mim escrivão da Câmara ao diante nomeado e na dita vereação requereu o procurador Pero de Aguiar procurador da Câmara aos ditos oficiais da Câmara que tratassem de fazer e consertar a Fonte das Pedras porquanto que já é tempo antes que entre o inverno e pelos ditos oficiais da Câmara foi dito que era muito bem que se tratasse da dita Fonte e que tratasse o dito procurador da Câmara de buscar índios para tratarem de se começar a dita obra e de como assim o acertaram mandaram a mim escrivão da Câmara fazer este termo em que todos assinaram e eu Mathias de Almeida, escrivão da Câmara, que o escrevi.

Livros de Acórdão da Câmara de São Luís, registro de 15 de outubro de 1650. Fl. 20, APEM.

**Palavras-chave:** Índios. Câmara de São Luís. Escravidão.

**Tipo de fonte:** Documento administrativo

Eixo temático: História, sociedade e relações de trabalho

**Resumo do documento:** O procurador da Câmara, Pero de Aguiar, reunido com os outros oficiais da Câmara solicitou índios para o conserto da Fonte das Pedras, antes da chegada do inverno.

**Entendendo a conjuntura histórica:** Na Câmara de São Luís, os oficiais se reuniam para tratar de assuntos cotidianos e de conflitos na região. Esses documentos mostram os trâmites burocráticos da instituição sobre diversas questões, inclusive sobre os indígenas. Era comum os camaristas solicitarem os índios para fazerem diversos serviços. Os indígenas, no século XVII, foram responsáveis por, praticamente, todas as tarefas mecânicas. Coletavam drogas do sertão, foram remeiros em canoas que levavam correspondências, transportavam pessoas e produtos nos rios da capitania e do Estado, foram intérpretes, amas de leite, trabalharam nas plantações de açúcar, na construção de obras públicas como pedreiros, oleiros e demais obras religiosas, foram

pescadores, construtores de barcos e muitas outras atribuições.

## *Trabalhando em equipe...*

### **1- Compartilhando informações**

O que vocês conhecem sobre os povos indígenas do Brasil e do Maranhão? Como compreendem a colonização do Brasil? Que associações podem fazer entre povos indígenas e a colonização do Brasil? Onde aprenderam essas informações?

### **2- Decodificando a leitura do texto**

Quais palavras desconhecem no texto? Qual melhor significado para elas hoje? Como vocês identificam os personagens e/ou acontecimentos dessa história?

Comentem e justifiquem o que mais lhes chamou a atenção no texto.

### **3- Compreendendo o texto**

Questões para debate em grupo e/ou trabalho escrito:

- a) Na Câmara de São Luís, os oficiais em vereação discutiam todos os assuntos locais. A partir da leitura do texto, explique a solicitação realizada pelos camaristas e a sua justificativa.
- b) A partir do documento, como podemos perceber a importância da mão de obra indígena na conquista e ocupação da capitania do Maranhão?

### **4- Produção textual:**

Com base no documento apresentado, elabore um texto sobre os principais serviços realizados pelos indígenas durante a colonização do Brasil e os impactos da escravidão para esses povos.

### **5- Conexões entre o passado e o presente:**

Observe a reportagem online Imirante, do dia 22 de novembro de 2017:

## **Índios protestam contra o descumprimento de direitos no Maranhão**

Indígenas de três etnias ocuparam a pista da Avenida Santos Dumont, em São Luís, na manhã desta quarta-feira (22).

Na manhã desta quarta-feira(22), índios das etnias Gamella, Kreniê e Tremembé ocuparam os dois sentidos da pista da Avenida Santos Dumont, em São Luís. A ação impediu a passagem de veículos e passageiros precisaram descer dos ônibus e continuar o trajeto a pé.

Os indígenas estão há três semanas acampados na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em São Luís, local onde também funciona a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A manifestação reivindica a demarcação de território indígena e a garantia de direitos que, segundo eles, não são assegurados nas aldeias, como saúde e educação.

Os índios Gamela vivem na região da cidade de Viana, a 213 Km de São Luís. Os povos Kreniê são da região de Barra do Corda, a 446 Km da capital maranhense; enquanto os Tremembé se localizam em Raposa, na região metropolitana de São Luís.

Na semana passada, a FUNAI anunciou a criação de um grupo de trabalho para demarcar a região dos gamelas em Viana, alvo de conflitos com latifundiários. No entanto, de acordo com o indígena kal kamella, ainda existem outras demandas. "A gente exige que haja diversas políticas públicas que vai da aposentadoria, salário maternidade, educação e saúde", afirmou.



Indígenas fizeram protesto em frente a sede do INCRA, em São Luís. — Foto: Reprodução/TV Mirante

O indígena Raimundo Kreniê completa afirmando que faltam serviços básicos nas aldeias, como escolas. "Pedimos por uma educação melhor, pela qualidade de professor e uma escola. Até agora não tivemos decisão pelo secretário. Ele continua dizendo que temos uma questão interna e que a gente não observa essa questão interna. A gente quer mudança, escola de qualidade e uma educação que seja para todo o povo", declarou o indígena.

De longe, policiais militares acompanhavam a manifestação, iniciada antes das 5 horas da manhã. Os índios dizem que permanecem na luta até serem atendidos. A FUNAI ainda não se pronunciou sobre as reivindicações dos índios.

Fonte: Jornal online Imirante. São Luís, Maranhão, dia 22 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/indios-protestam-contr-o-descumprimento-de-direitos-no-maranhao.ghml>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2019.

- a) A notícia aborda um protesto de indígenas contra o descumprimento de direitos no Maranhão. O movimento ocorreu em frente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, onde funciona também a sede da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Identifique os direitos básicos reivindicados pelos indígenas.
- b) Explique a afirmação do indígena Raimundo Kreniê que diz: “Pedimos por uma educação melhor, pela qualidade de professor e uma escola. [...] A gente quer mudança, escola de qualidade e uma educação que seja para todo o povo”.



**Indicações bibliográficas:**

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos avançados. v.8 n. 20, São Paulo, Jan./Abr. 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

## O Procurador dos índios na colonização portuguesa

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de mil e seiscentos e cinquenta e três anos, nesta cidade de São Luís do Maranhão, e na Casa da Câmara, estando nela os oficiais que nela servem, e somente faltou o procurador do Conselho por estar retirado desta dita cidade por se lhe estar tirando residência pela fazenda de Sua Majestade e os que presentes estavam são os abaixo assinados e nela fizeram vereação; em presença de mim escrivão da Câmara ao diante nomeado, e logo na dita vereação apareceram os principais, convém a saber Francisco Joacaba e Francisco Correia Tabajara e mais os sargentos mores, alferes e ajudantes de aldeias. E logo pelos ditos principais e mais índios foram requeridos aos ditos oficiais da Câmara que eles pedissem ao capitão maior lhe desse um procurador logo nomeado á Belchior de Sá que por eles em Câmara foi pedido aos ditos oficiais, porquanto o que tinham até agora o não queriam por certas causas e queixas que dele tinham e a principal delas que era fazer tudo ao contrário do que o capitão maior lhe era ordenado; e logo pelos ditos oficiais da Câmara falar com o dito capitão se lhe dar comprimento a seus requerimentos e logo os oficiais da Câmara foram juntos em companhia de mim escrivão à casa do dito capitão maior e lhe propuseram a razão dos ditos índios e as causas que davam para pedirem procurador que os governasse e que expressamente pediam e queriam que fosse o dito Belchior de Sá e o dito capitão maior lhes respondeu que mandassem Ivar Matos chamar ao dito Belchior de Sá que ele aprovava. E logo os ditos oficiais da Câmara o mandarão chamar para que aceitasse o dito cargo. E de como assim o mandam e o referido neste termo passar tudo na verdade fazer este termo; [...] e de como assim o ordenarão assinaram aqui Manoel Simões da Cunha escrivão da Câmara que o fez e escrevi

Livros de Acórdão da Câmara de São Luís, registro de 22 de setembro de 1653. Fl. 66 a 67, APEM.

**Palavras-chave:** Índios principais. Câmara de São Luís. Procurador dos índios.

**Tipo de fonte:** Documento administrativo.

**Eixo temático:** Estado e relações de poder.

**Resumo do documento:** Os índios principais Francisco, Joacaba e Francisco Correira Tabajara, e mais os sargentos-mores, alferes, e ajudantes de aldeias apareceram na Câmara de São Luís. Pelos principais e demais índios foram requeridos aos oficiais da Câmara que eles pedissem ao capitão-mor lhe dessem um procurador que os governassem e que fosse Belchior de Sá, pois o procurador que estava até então no cargo não cumpriam com as determinações do capitão mor.

**Entendendo a conjuntura histórica:** O cargo de procurador dos índios foi introduzido no Estado do Brasil desde o século XVI, através do Alvará de 26 de julho de 1596. Este determinava que o governador elegeisse, com o parecer dos Religiosos, o procurador do gentio de cada povoação que servirá até três anos, e tendo dado satisfação de seu serviço, o poderá prover por mais tempo. Para ocupar este ofício de procurador dos índios, era incumbido um morador da região não índio, eleito pelo governador, depois da indicação de dois nomes pelo Superior das missões da Companhia. Este atuava como defensor e auxiliar dos índios, assumindo os interesses indígenas perante as autoridades coloniais. Os índios principais poderiam levar à Câmara as demandas do restante dos indígenas, neste caso solicitar a escolha de um procurador. Nas vereações, o procurador dos índios poderia também ser convocado para solicitar a realização de serviços aos indígenas.

## *Trabalhando em equipe...*

### **1- Compartilhando informações**

O que vocês conhecem sobre os povos indígenas do Brasil e do Maranhão? Como compreendem a colonização do Brasil? Que associações podem fazer entre povos indígenas e a colonização do Brasil? Onde encontraram essas informações?

### **2- Decodificando a leitura do texto**

Quais palavras desconhecem no texto? Qual melhor significado para elas hoje? Como vocês identificam os personagens e/ou acontecimentos dessa história?

Comentem e justifiquem o que mais lhes chamou a atenção no texto.

### **3- Compreendendo o texto**

Questões para debate em grupo e/ou trabalho escrito:

- a) Uma das atividades realizadas nas Câmaras municipais era a eleição de pessoas para ocuparem determinados cargos. Explique a solicitação dos índios principais na vereação.

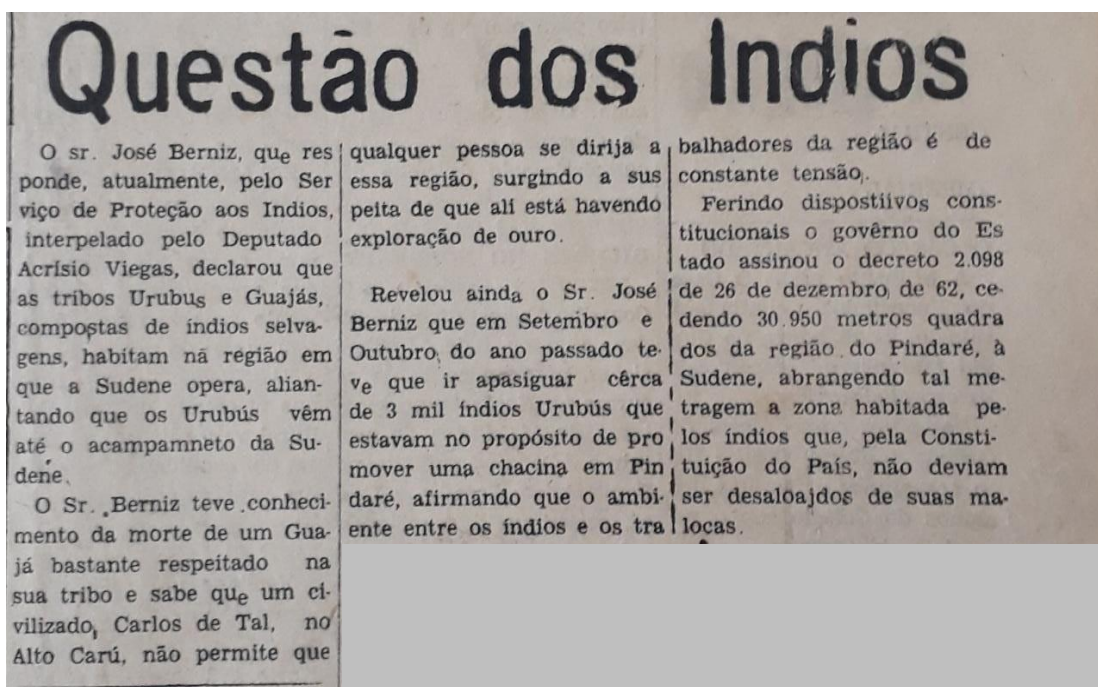
- b) Com base na leitura do documento, como podemos perceber problemas na ocupação do cargo de procurador dos índios e os possíveis impactos para os povos indígenas.

#### 4- Produção textual

Elabore uma breve pesquisa e relacionando com documento apresentado, faça um texto sobre o papel do procurador dos índios durante a colonização portuguesa.

#### 5- Conexões entre o passado e o presente:

Observe a reportagem do jornal Pequeno, do dia 4 de junho de 1965:



Fonte: Jornal Pequeno. São Luís, Maranhão, dia 4 de junho de 1965, nº 5821, p. 1.

- a) A notícia retrata a situação dos indígenas Urubús e Guajás, e conflitos ocorridos na região de Pindaré. Como os indígenas são representados no jornal? Apresente elementos do texto.
- b) No texto, identificamos o problema da perda de terras indígenas para Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Explique como os povos indígenas são afetados na atualidade por interesses econômicos que levariam “desenvolvimento e avanço” do Brasil.

#### Indicações bibliográficas:

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos avançados. v.8 n. 20, São Paulo, Jan./Abr. 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.



## Os Resgates na colonização portuguesa

Aos dez dias do mês de novembro deste ano presente de mil e seiscentos e cinquenta e quatro anos, nesta cidade de São Luís do Maranhão, e nas Casas da Câmara dela, sendo aí presentes os oficiais da Câmara que nela servem abaixo assinados e o procurador do Conselho Agostinho Mozinho em presença de mim escrivão pelo dito procurador do Conselho foi requerido aos ditos oficiais da Câmara; que conforme a provisão de Sua Majestade se fizesse junta para se haver de fazer resgates justos e lícitos como, nela se contem; E que para isso requeria a suas mercês fosse a dita Câmara incorporada as casas onde vive o dito Capitão maior como pessoa primeira na dita provisão pera eleger cabo para a dita entrada; e que se lhe propusesse o quanto convinha para bem e aumento do povo o fizesse a dita entrada; pelos ditos oficiais da Câmara foi respondido ao dito procurador do Conselho que era muito justo seu requerimento; e indo a dita Câmara incorporada a dita casa do Capitão Mor; e tratando se lhe na dita entrada; pelo dito Capitão Mor foi respondido que achava muitas dificuldades e inconvenientes a se fazer; e perguntando lhe os ditos oficiais da Câmara quais eram; respondeu que não havia índios; e juntamente que até o natal era força viesse navio; e que esperasse até ver se traziam governador em alguma resolução; e que vendo a dita embarcação se trataria da dita viagem e resgates que tudo isso era um mês mais cedo ou mais tarde; e visto sua resposta

pelos ditos oficiais da Câmara não tratarão mais sobre a matéria [...].

Livros de Acórdão da Câmara de São Luís,  
registro de 10 de novembro de 1654. Fl.12 v / Fl.13 / Fl.13 v, APEM.

**Palavras-chave:** Índios. Câmara de São Luís. Resgates.

**Tipo de fonte:** Documento administrativo.

**Eixo temático:** História, sociedade e relações de trabalho.

**Resumo do documento:** O procurador do Conselho, estando em reunião, solicitou aos oficiais da Câmara que, conforme a provisão de rei, se criasse uma junta para fazer resgates justos e lícitos, porém o Capitão-mor afirma que havia algumas dificuldades em fazer os resgates.

**Entendendo a conjuntura histórica:** Na colonização portuguesa, uma das práticas recorrentes foram os chamados resgates; esses consistiam em expedições feitas ao sertão, a fim de capturar índios prisioneiros de guerras, intertribais, ou que estavam para serem vítimas de rituais antropofágicos ou trocados por mercadorias. Seus compradores se encarregavam de catequizá-los e civilizá-los e poderiam fazer uso dos seus serviços por um determinado tempo. Os resgates poderiam ser organizados por particulares ou funcionários do governo. Na Câmara de São Luís, os oficiais discutiam a necessidade de se fazer essas expedições em conformidade com as determinações da Coroa. Para a realização dos resgates, os colonos contavam com a participação de alguns índios, visto que possuíam maior conhecimento sobre o território.

## *Trabalhando em equipe...*

### **1- Compartilhando informações**

O que vocês conhecem sobre os povos indígenas do Brasil e do Maranhão? Como compreendem a colonização do Brasil? Que associações podem fazer entre povos indígenas e a colonização do Brasil? Onde localizaram essas informações?

### **2- Decodificando a leitura do texto**

Quais palavras desconhecem no texto? Qual melhor significado para elas hoje? Como vocês identificam os personagens e/ou acontecimentos dessa história?

Comentem e justifiquem o que mais lhes chamou a atenção no texto.

### **3- Compreendendo o texto**

Questões para debate em grupo e/ou trabalho escrito:

a) O documento trata de uma vereação da Câmara de São Luís em que discutiam assuntos que afetavam diretamente os indígenas. Explique a solicitação do procurador do Conselho e como podemos identificar no texto o cumprimento de determinações vindas da Coroa portuguesa.

b) A partir da leitura do texto, explique por que a falta de indígenas seria uma dificuldade para realização dos chamados resgates.

### **4- Produção textual**

Com base no documento apresentado, faça uma breve pesquisa e elabore um texto sobre os resgates de povos indígenas durante a colonização do Brasil, destacando como eram realizados,

seus objetivos e a presença de indígenas nessas ações.

### 5- Conexões entre o passado e o presente:

Observe a reportagem do jornal “O Estado do Maranhão” do dia 12 de setembro de 1989:

- a) A notícia veiculada trata de indígenas que foram até Brasília lutar pela demarcação de terras. Explique o motivo do uso do termo “Cruzada” para esse acontecimento.
- b) A reportagem aponta uma das principais reivindicações dos povos indígenas no Brasil, a demarcação de terras. Faça uma breve pesquisa sobre as terras indígenas demarcadas no Maranhão e as ameaças sofridas por esses povos, devido à invasão de suas terras.

#### Indicações bibliográficas:

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos avançados. v.8 n. 20, São Paulo, Jan./Abr. 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015

## Mais um na Funai

Caiu mais um presidente da Funai, Romero Jucá Filho, cujo último ato de importância foi a elaboração de um relatório que sugeriu a amputação de mais de 60% da reserva dos índios Guajá, do Maranhão. A sugestão foi acatada pelo Minter e pelo Mirad.

O substituto de Jucá Filho é Íris de Oliveira, que assume cercado do ceticismo geral.

Na verdade, a Funai parece mesmo que não tem jeito. Entra governo, sai governo, mudam-se os presidentes do órgão (só na administração Sarney já foram uns seis ou oito, é difícil lembrar quantos) e tudo permanece na mesma. Oscilando o tempo todo entre o paternalismo e o descaso, entre o desperdício e a conivência com interesses anti-indígenas, a Funai desagrade a gregos e troianos e não cumpre seu papel de zelar pelo desenvolvimento e proteção das comunidades pré-colombianas do País.

Muitos acham que a única solução é extinguir a Funai e criar um outro órgão, radicalmente diferente deste.

Fonte: Jornal “O Estado do Maranhão”. São Luís, Maranhão, dia 12 de setembro de 1989, nº



## Fugas indígenas na colonização portuguesa

Aos cinco dias do mês de novembro de mil e seiscentos e cinquenta e quatro anos, nesta cidade de São Luís do Maranhão, na Casa da Câmara. Sendo aí presente os oficiais da Câmara que nela servem com o procurador do Conselho, na presença de mim, escrivão, ao diante nomeado, pelo dito procurador do Conselho foi requerido aos ditos oficiais da Câmara que a sua notícia era vinda em como os índios guajajaras tinham despejado a sua aldeia. E que se tinham todos passados para o Itaqui, como já tinham requerido a suas mercês; e que suas mercês acertaram que se mandasse vir Gonçalo Mendes, índio para dele se tomar informação.

E sendo em os cinco dias do dito mês apareceu na dita Câmara o dito Gonçalo Mendes e por ele foi dito depois de lhe fazerem perguntas, os ditos oficiais da Câmara disse que era verdade que todos os índios da dita aldeia se tinham passado para o Itaqui. E que também tinha ido o principal com sua família e que se ficaram na dita aldeia alguns velhos.

O que sendo ouvido dos ditos oficiais da Câmara e o procurador do Conselho que lhes requeria fizesse suas mercês de modo que os ditos índios se formassem a sua aldeia foi acertado pelos ditos oficiais da Câmara que logo se escrevesse ao Reverendo padre Manoel Nunes, superior da Companhia de Jesus, sobre a matéria e que com sua reposta se determinaria o que mais conviesse sobre os ditos índios e de como assim por de novas se fez este acerto que todos assinaram e eu Manoel Simões da Cunha, escrivão da Câmara, que o escrevi

Livros de Acórdão da Câmara de São Luís, registro de 5 de novembro de 1654. Fl. 12 a 12 v, APEM.

**Palavras-chave:** Índios. Câmara de São Luís. Fugas.

**Tipo de fonte:** Documento administrativo.

**Eixo temático:** Estado e relações de poder.

**Resumo do documento:** Na Câmara de São Luís, chega a notícia que os índios guajajarasteriam deixado sua aldeia para irem ao Itaqui. Então, foi chamado o índio Gonçalo Mendes para confirmar se a notícia era legítima. Cinco dias depois, o nativo apareceu e afirmou que de fato todos tinham ido para o Itaqui, até mesmo o índio principal com sua família, ficando na aldeia



somente alguns velhos.

**Entendendo a conjuntura histórica:** Devido à ação dos colonizadores para dominar os povos indígenas e principalmente os abusos na exploração da sua mão de obra, muitos índios buscavam formas de resistência, um desses mecanismos eram as fugas, tanto individuais como de grupos. Também parece ter sido uma das causas para a escassez de trabalhadores indígenas ao longo do século XVII, estando intimamente relacionadas à violência que sofriam durante a colonização. No caso apresentado à Câmara, podemos levantar algumas hipóteses, como a falta de alimentos ou maus tratos que poderiam ter sofrido, provocando a fuga.

## *Trabalhando em equipe...*

### **1- Compartilhando informações**

O que vocês conhecem sobre os povos indígenas do Brasil e do Maranhão? Como compreendem a colonização do Brasil? Que associações podem fazer entre povos indígenas e a colonização do Brasil? Onde localizaram essas informações?

### **2- Decodificando a leitura do texto**

Quais palavras desconhecem no texto? Qual melhor significado para elas hoje? Como vocês identificam os personagens e/ou acontecimentos dessa história? Comentem e justifiquem o que mais lhes chamou a atenção no texto.

### **3- Compreendendo o texto**

Questões para debate em grupo e/ou trabalho escrito:

- a) Os camaristas em vereação receberam notícias dos indígenas guajajaras. Com base na leitura do documento, como podemos perceber a resistência dos povos indígenas durante a colonização.
- b) Nos documentos da Câmara identificamos os trâmites para resolução de assuntos cotidianos e também a atuação de diferentes agentes, como colonos e religiosos. Segundo o manuscrito, a quem caberia o papel de determinar o que seria feito com aqueles índios?

### **4- Produção textual**

Com base no documento apresentado, faça uma breve pesquisa e elabore um texto sobre as formas de resistência dos povos indígenas durante a colonização do Brasil, destacando como essas ações prejudicavam os colonos.

## Índios e brancos lutam por posse de povoado

Índios e brancos estão em pé de guerra na povoação Sumauma, a 90 quilômetros de Grajaú. Ontem era último prazo para que cinco famílias, remanescentes das 200 que ocupam a área, na condição de posseiras, deixassem a região sob pena de serem mortas pelos índios. O representante de uma das famílias estava ontem em São Luís à procura de providências por parte das autoridades, tentando resolver um impasse que se arrasta por mais de 18 anos.

Tudo começou em 1930 quando 200 famílias foram assentadas no povoado, na condição de posseiras. Quarenta anos depois, tribos indígenas que circulavam pela região apareceram dizendo-se ocupantes legais do que seria uma reserva indígena. Os posseiros passaram a nego-

ciar uma saída com técnicos do Projeto Nordeste, Companhia Vale do Rio Doce, Eletronorte, Prefeitura de Grajaú e Funai, todos alegando interesse na área. Somente a Funai não cumpriu a sua parte na definição do acordo: os colonos seriam indenizados e estabelecidos valores reacionais para as cobradas indenizações.

### Violência

Na última semana de agosto, os índios voltaram a cobrar fixação na área. Chegaram armados de revólveres e escopetas e mataram dois moradores, não identificados. Segundo o informante que veio a São Luís, os índios foram armados pela Funai. Ele baseia sua denúncia no fato de que, no dia da invasão, 23 de agosto, um representante da fundação, identificado apenas por Ernane, atendente de

enfermagem da aldeia dos índios Juruá, sugeriu às pessoas que se encontravam à cata de receber suas indenizações que vendessem tudo aos índios e fugissem, para evitar um massacre. "Ele nos deu a sugestão sob forma de coação", diz o informante. Essa atitude, segundo o informante, foi presenciada pelo repórter Caula Júnior, do jornal *O Progresso* (de Imperatriz), lotado na sucursal de Grajaú.

O prefeito de Grajaú, Milton Santos, tentou negociar com o emissário da Funai, pedindo uma prorrogação do prazo de saída dos posseiros, enquanto se escolheria outra área para o assentamento.

A população de Grajaú está apreensiva, pois os conflitos que hoje ocorrem em Sumauma podem chegar a outros territórios do município.

### 5- Conexões entre o passado e o presente:

Observe a reportagem do jornal "O Estado do Maranhão", do dia 3 de setembro de 1989:

a) A notícia trata de um conflito entre indígenas e brancos na povoação de Sumaúma, próximo a Grajaú. Segundo o texto, qual a razão desse conflito e os principais agentes envolvidos?

b) Com base na leitura do texto, a narrativa transmite a ideia de que as terras pertencem aos indígenas ou, indiretamente, há contestação a essa posse? Apresente um trecho da notícia que confirme sua resposta.

### Indicações bibliográficas:

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos avançados. v.8 n. 20, São Paulo, Jan./Abr. 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

## Os indígenas e as dificuldades econômicas na capitania do Maranhão

Chegou a este estado o governador Rui Vaz de Siqueira em os últimos [dias] de maio e não tivemos nesta câmara carta de Vossa Majestade em resposta das que este tribunal enviou a Vossa Majestade em dois navios que partiram desta capitania [...].

E nela [...] representamos a Vossa Majestade o miserável estado em que ficava esta terra e os procuradores dela sem remédio nem favor algum que Vossa Majestade [...]; e, sobretudo, a total ruína de mortes que tem havido nos índios, escravos e aldeias. Vossa Majestade como pai e senhor mande acudir este miserável estado com sua fiel clemência.

Carta ao rei D. João IV, do dia 24 de junho de 1663. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 04. Doc. 469.

**Palavras-chave:** Índios. Conselho Ultramarino. Morte de índios.

**Tipo de fonte:** Documento administrativo

**Eixo temático:** Sociedade, relações de trabalho e poder.

**Resumo do documento:** Os oficiais da câmara da cidade de São Luís do Maranhão enviaram uma carta ao rei D. Afonso VI, por não terem respostas às suas cartas e para informar o estado de miséria em que ficaram depois da morte de muitos índios e escravos e que o rei mandasse acudir o Estado.

**Entendendo a conjuntura histórica:** No início da colonização portuguesa o uso da mão de obra indígena foi fundamental, os nativos realizavam praticamente todas as tarefas manuais. Qualquer forma de resistência ao trabalho poderia ser motivo do uso da violência com os povos indígenas. Nesse processo muitos indígenas fugiram, foram violentados ou mortos, o que prejudicava economicamente a capitania. Portanto, os oficiais da Câmara, em busca de resoluções para o problema, enviaram uma carta ao rei D. João IV informando o estado de miséria que ficaram, após a morte de muitos índios e escravos e solicitaram que a majestade acudisse o estado.

## ***Trabalhando em equipe...***

### **1- Compartilhando informações**

O que vocês conhecem sobre os povos indígenas do Brasil e do Maranhão? Como compreendem a colonização do Brasil? Que associações podem fazer entre povos indígenas e a colonização do Brasil? Onde tomaram conhecimento dessas informações?

### **2- Decodificando a leitura do texto**

Quais palavras desconhecem no texto? Qual melhor significado para elas hoje? Como vocês identificam os personagens e/ou acontecimentos dessa história?

Comentem e justifiquem o que mais lhes chamou a atenção no texto.

### **3- Compreendendo o texto**

Questões para debate em grupo ou trabalho escrito:

a) Com base na carta enviada pelo governador do Maranhão ao rei D. João IV, como podemos identificar a importância dos indígenas na colonização da capitania do Maranhão?

### **4- Produção textual**

Com base no documento apresentado, faça uma breve pesquisa e elabore um texto sobre um dos impactos da colonização do Brasil: o genocídio indígena.

### **5- Conexões entre o passado e o presente:**

Observe a reportagem do jornal online Imirante, do dia 2 de maio de 2017:

## **Índios ficam gravemente feridos em conflito em Viana**

Uma das vítimas teve graves ferimentos nos antebraços durante o confronto; Comissão Pastoral da Terra Regional Maranhão diz que o Governo do Estado já tinha sido avisado que a situação era tensa na área



agente da Comissão Pastoral da Terra do Maranhão, Inaldo Gamela foi atingido com tiros na cabeça, no rosto e no ombro. Segundo a polícia, eles tiveram a sua aldeia, localizada no povoado das Bahias, zona rural de Viana, foi massacrada por um grupo de pessoas na tarde de domingo devido a disputas territoriais. Os índios feridos foram levados para hospitais da região e na capital.

O padre Clemir da Silva, que faz parte do Cimi, esteve ontem no Socorrão II e informou sobre os índios, que deram entrada nessa unidade de saúde, três já tiveram alta no começo da tarde de ontem, 1º. Os outros dois indígenas, que continuam internados, passaram por intervenções cirúrgicas e ainda estão em estado grave.

As outras vítimas receberam socorro nos hospitais da região e estão fora de perigo. Ainda segundo o padre, os criminosos estavam reunidos para atacar os indígenas desde o começo da tarde de domingo, nas proximidades do Povoado da Bahias, numa área chamada de Santero, em Viana.

SÃO LUÍS- Cinco índios da aldeia Gamela feridos deram entrada no Hospital Municipal Socorrão II, na Cidade Operária, durante a madrugada de ontem, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Foram 13 indígenas feridos a golpes de facão e pauladas após o conflito, que segundo testemunhas, um grupo de pessoas teria atacado a aldeia. Há uma outra versão de que os indígenas teriam invadido uma propriedade rural na última semana, o que desencadeou o conflito. O Ministério da Justiça e Segurança Pública afirmou em nota que está averiguando o conflito agrário no povoado de Bahias, no Maranhão. Por determinação do ministro Osmar Serraglio, a Polícia Federal já enviou uma equipe para o local para evitar mais conflitos e ofereceu apoio à Secretaria de Segurança Pública que, por sua vez, já instaurou inquérito para investigar o caso.

Uma das vítimas, Aldeli Ribeiro Gamela, foi atingido por um tiro na costela e um na coluna, como ainda teve ferimentos graves nos antebraços e joelhos cortados. O irmão dele, José Ribeiro Gamela, levou um tiro no peito. O indígena e

Os criminosos estavam armados com pedaços de pau, facão e arma de fogo atacaram a aldeia. Houve vários disparos de arma de fogo e muitos índios ficaram feridos. Como não havia ambulâncias suficientes para socorrer todas as vítimas, pois, alguns feridos foram levados para o hospital em carros particulares.

A polícia foi acionada e esteve no local. A Secretaria de Estado da Segurança Pública informou por meio de nota enviada ontem à imprensa que já instaurou inquérito para investigar o caso como também enviou reforço policial para a região e que o conflito já foi contido.

### **Conflito**

Esse não foi o primeiro ataque sofrido pelo povo Gamela, que luta para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) instale um Grupo de Trabalho para a identificação e demarcação do território tradicional. No ano de 2015 ocorreu um ataque a tiros contra os índios da região de Viana. Em agosto de 2016, três homens armados e trajando coletes balísticos tentaram expulsar os Gamelas das suas terras.

Na última sexta-feira, 28, os Gamelas retornaram para uma área nas proximidades da aldeia Cajueiro Pirai, localizada também em Viana, e ainda nesse dia, trancaram a rodovia MA-014 como forma de apoiar à Greve Geral.

### **Nota**

A Comissão Pastoral da Terra Regional Maranhão (CPT-MA) ainda ontem enviou uma nota como forma de denunciar o ato de violência contra a vida dos índios Gamelas, no Povoado de Bahias, em Viana. Segundo a nota, essa violenta ação aconteceu quando os indígenas decidiram sair de uma área tradicional retomada, prevendo a violência iminente. Dezenas de pistoleiros armados com facões, armas de fogo, e pedaços de madeira atacaram os Gamelas no momento em que deixavam o território. Para se protegerem, muitas pessoas correram e se esconderam na mata.

A nota também afirma que o Governo do Maranhão já havia sido avisado da situação conflituosa na região e do risco de acontecer um massacre, mas, ao que consta até o momento, nem a polícia havia sido deslocada até a área para tomar as medidas cabíveis. Também há preocupação do alto índice de violência contra os povos e comunidade tradicionais do Maranhão. Atualmente, há cerca de 360 conflitos no campo no estado, destes, somente em 2016 foram registradas 196 ocorrências de violência contra os povos do campo. 13 pessoas foram assassinadas e 72 estão ameaçadas de morte

Fonte: Jornal online Imirante. São Luís, Maranhão, dia 2 de maio de 2017. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/05/02/indios-ficam-gravemente-feridos-em-conflito-em-viana/>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2019.

a) O jornal relata um conflito envolvendo os índios Gamela em Viana. Explique as razões dos conflitos envolvendo os citados índios.

b) Segundo o texto qual a principal reivindicação dos índios Gamela e como tem sido a postura das autoridades governamentais diante dos conflitos vividos por estes povos?

### **Indicações bibliográficas:**

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos avançados. v.8 n. 20, São Paulo, Jan./Abr. 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

# GLOSSÁRIO

**Câmara de São Luís:** as Câmaras Municipais eram uma das mais importantes bases institucionais da política de dominação do império ultramarino. No Maranhão passou a funcionar a partir de 1619, e estava ligada às atividades de conquista, defesa e organização do território, com o firme propósito de consolidar o domínio do espaço imperial português naquela área. Seus documentos são compostos de atas municipais e cartas feitas em reuniões dos oficiais na Câmara. Esses manuscritos mostram os trâmites burocráticos da instituição, como controle de mercancias, eleições, ofícios mecânicos, festividades, manutenções de prédios públicos, limpezas de ruas, tributações, conflitos entre autoridades locais, cultivos e vendas de terras, questão dos índios, dentre outros.

**Comissão Pastoral da Terra:** nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, e ser um suporte para a sua organização. Defende o direito dos trabalhadores à terra, sobretudo posseiros e sem-terras.

**Conselho Indigenista Missionário:** O Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural.

**Conselho Ultramarino:** instalado em 1643, figurava o órgão centralizador nas relações entre Portugal e as colônias. Caberia discutir, aconselhar – e muitas vezes, na prática a deliberar – sobre tudo o que diz respeito à política e à administração do Brasil.

**Drogas do sertão:** eram especiarias como canela, cravo, pimenta, cacau, salsaparrilha, baunilha, etc.

**Etnia:** O termo foi adotado para dar conta de uma solidariedade de grupo particular, simultaneamente diferente daquela produzida pela organização política e daquela produzida pela semelhança antropológica. Assim, os grupos étnicos existem pela crença subjetiva que têm seus membros de formarem uma comunidade. Etnia envolve a descrição de características herdadas culturalmente, que permitem significar distinções perante outros grupos sociais / étnicos.

**Fundação Nacional do Índio:** a FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. É a coordenadora e principal executora da

política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

**Gentios:** indígenas.

**Hábito de Cristo:** Os hábitos de Cristo vêm da Ordem de Cristo que era uma ordem religioso-militar portuguesa, sob o controle da Coroa desde finais do século XV, domínio este consolidado em meados do XVI. A partir desse período, o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo – honraria nobilitante, acompanhada de um pequeno rendimento monetário (tença) e importantes privilégios jurídicos e fiscais – passou a carregar o significado de leal e honrado servidor da monarquia.

**Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária:** o Incra é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional, por meio de 30 superintendências regionais.

**Índios Principais:** correspondiam, no contexto da colonização a uma multiplicidade de papéis que iam desde aliados militares de grandes prestígios nos primeiros anos da conquista, até chefes de grupos que gerenciavam o processo de repartição dos trabalhadores indígenas, sob seu comando. A formação das lideranças indígenas era consolidada no interior dos aldeamentos e, na maioria, serviam como intermediários com europeus para facilitar o acesso à mão de obra indígena, livre, e também para auxiliar o próprio gerenciamento dos povoados.

**Mercês:** espécie de benefício recebido por algum serviço prestado. No período colonial a economia de mercês era caracterizada por uma cadeia de obrigações recíprocas e assimétricas entre o rei e o súdito, produzindo um verdadeiro círculo vicioso: serviço (feito pelo vassalo), pedido, concessão (papel do rei), recebimento e manifestação de agrado. Tratava-se de uma prática baseada na ideia de justiça distributiva – prêmio e castigo –, na qual devia existir certa equidade entre o serviço prestado e remuneração recebida.

**Mesa da Consciência e Ordens:** Criada por D. João III em 1532 para a resolução das matérias que tocassem a “obrigação de sua consciência”, foi um dos mecanismos utilizados para a centralização do poder efetuada pelo monarca. Seus juízes – clérigos e leigos – podiam conhecer e julgar quaisquer processos de cunho eclesiástico ou civil, que envolvessem religiosos, com privilégios de foro. A Mesa funcionava também como conselheira na provisão de cargos eclesiásticos e emitia pareceres sobre assuntos ligados a estabelecimentos de caridade, capelas, hospitais, etc.

**Provisão:** ação de conferir um ofício ou benefício.



**Resgates:** eram expedições feitas ao sertão, a fim de capturar índios prisioneiros de guerras intertribais ou que estavam para serem vítimas de rituais antropofágicos ou trocados por mercadorias. Seus compradores se encarregavam de catequizá-los e civilizá-los e poderiam fazer uso dos seus serviços por um determinado tempo.

**Sertão:** no período colonial o termo se refere às áreas apartadas do mar.

**Serviço de Proteção aos Índios:** foi criado em 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional. Vigorou até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

**Terra Indígena:** é um conceito jurídico brasileiro que tem sua origem na definição de direitos territoriais indígenas. Segundo o art. 231 da Constituição 1988. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários, a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. São de propriedade da União e de posse inalienável e usufruto exclusivo dos índios.

# REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008.

BRASIL. Constituição (1988). BRASIL. *Art. 231*. Constituição Federal de 1988.

**O Cimi**. Disponível em: <https://cimi.org.br/o-cimi/>. Acesso em: 02 de março de 2019.

**FUNAI**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 02 de março de 2019.

**Mesa da Consciência e Ordens**. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/mesa-da-consciencia-e-ordens/>. Acesso em: 02 de março de 2019.

**O Incra**. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/institucional\\_abertura](http://www.incra.gov.br/institucional_abertura). Acesso em: 02 de março de 2019.

**Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/Serviço\\_de\\_Proteção\\_aos\\_Índios\\_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Serviço_de_Proteção_aos_Índios_(SPI))>. Acesso em: 02 de março de 2019.

**Comissão Pastoral da Terra**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/sobrenos/historico>>. Acesso em: 02 de março de 2019.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em:<<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 02 de março de 2019.

CARDOSO, Alírio Carvalho. **Maranhão na Monarquia Hispânica**: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2012.

CARVALHO Jr, Almir Diniz. **Principais indígenas na América Portuguesa**. Comunicação corresponde a uma parte de um item do capítulo “Índios Cristãos”, da tese de doutorado intitulada: Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769), Campinas: Tese de Doutorado, 2005.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Fugas, ‘corso’ e bexigas**. Escassez de mão de obra indígena na Amazônia seiscentista. XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Porto, 2009 – [http://web.letras.up.pt/aphes29/data/4th/RafaelChambouleyron\\_Texto.pdf](http://web.letras.up.pt/aphes29/data/4th/RafaelChambouleyron_Texto.pdf)

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. O lugar da memória histórica no Maranhão. In: MARANHÃO, Secretaria de Estado do; MARANHÃO, Arquivo Público do Estado do. **Livros de Acórdãos da Câmara de São Luís 1645 – 1649**. São Luís: Edições SECMA, 2015.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. *“Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”*: o papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A Época Colonial, Administração, Economia e Sociedade**, 7ª ed. (t. I, vol. 2 da coleção História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Etnicidade e identidade étnica. In: LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza. **O Regimento do procurador dos índios no Maranhão**. Revista Outros Tempos, vol. 09, n.14, 2012, p. 222-231.

NEVES. Tamyris Monteiro. **O Lícito e o Ilícito**: A prática dos resgates no Estado do Maranhão na primeira metade do século XVIII. Revista Estudos Amazônicos, vol. VII, n. 1, 2012, p. 253-273.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno**: Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar/FCT, 2001.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNAT, Jocelyne. O ESTADO ATUAL DO DEBATE SOBRE A TEORIA DA ETNICIDADE. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNAT, Jocelyne. **Teoria da Etnicidade**. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina**: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SILVA, Edson. Povos indígenas: história, cultura e o ensino a partir da Lei 11.645. *Revista Historien* UPE/Petrolina, v. 7, 2012, p. 39-49.

THOMAS, Georg apud MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza. **O Regimento do procurador dos índios no Maranhão**. Revista Outros Tempos, vol. 09, n.14, 2012, p. 222- 231.

WITTMANN, Luisa Tombini. Introdução ou a Escrita da História Indígena. In: WITTMANN, Luisa Tombini (org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.